

VITORINO NEMÉSIO

6024 1/2

VIDA E OBRA DO INFANTE D. HENRIQUE



VIDA E OBRA DO INFANTE D. HENRIQUE

**A primeira e a segunda edição desta obra são da
Comissão Executiva das Comemorações do Quinto
Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1959).**

COLEÇÃO
Agnello Bittencourt

VITORINO NEMÉSIO

VIDA E OBRA
DO
INFANTE D. HENRIQUE

3.^a edição



EDIÇÕES PANORAMA

1967

923
N 433 N

BIBLIOTECA PÚBLICA DO AMAZONAS.

REGISTRO: 2026

DATA: 02.01.2003

VIDA E OBRA DO INFANTE D. HENRIQUE,
o título que coube a este livrinho no plano da
Colecção Henriquina para que foi escrito, não se
há-de entender tanto por biografia pura e resenha de fei-
tos pessoais, como por narrativa sumária da empresa
histórica portuguesa desenrolada na contemporaneidade
do Infante e seus tempos mais próximos e não menos
històricamente projectada na sua figura.

Este dado indelével da consciência que Portugal tomou
daquele troço de tempo e do acontecer que o preenche
— de que a nação se lembra como de missão que lhe
coube — é indispensável para se julgar das operações
de crítica, apuramento de factos, imputações e juízos em
que todo o historiador necessariamente se empenha.

As divergências de interpretação do período dos pri-
meiros descobrimentos, quanto a unidade de plano e sua
vinculação ao Infante — com exclusividade ou partilha
e, nesta, com predomínio ou sem ele (senão, em certos
extremos, como a minimização do seu papel) —, arrancam
geralmente do facto de se não aceitar que a atribuição
desses acontecimentos à responsabilidade e inventiva do
príncipe é uma realidade histórica actuante. Críticamente
uma certeza ou sentimentalmente um exagero, a visão
global dos Descobrimentos como concepção e empresa do
Infante D. Henrique não se apagou até hoje da memória
cívica nacional. E história, mais do que aquilo que os
homens positivamente fizeram, é o que os pósteros pensam
que os antepassados tenham feito. O que de facto foi, já
só é na memória. A razão crítica, é certo, tem um grande
poder de exame retrospectivo do acontecer. Mas a razão
histórica, por isso mesmo que é temporalmente processiva,

raro se deixa comover pela outra, de que se nutre muito menos do que de sentimentos e de impulsos de imaginação retrospectiva.

Isto não significa, no problema henriquino da história de Portugal, que o critério historiográfico que tem respeitado a supremacia do Infante no capítulo Descobrimientos seja privilegiado ou inatacável. A sua revisão e as impugnações respectivas foram e são salutares. A historiografia do período de Quatrocentos e de Quinhentos referente a Portugal não teria o brilho e a importância que hoje tem se continuasse vigente o simplismo romanesco e superlativo de que se alimentou toda uma literatura em torno do Infante D. Henrique sentido como o herói visionário de Sagres: de pé na sua roca, rodeado de astrólogos, sem precursores nem émulos, desafiando um Adamastor do Cabo de São Vicente.

Graças a um sensato espírito de exame se puderam rever as fontes narrativas, corrigi-las pelo cotejo e pela busca de novos documentos, pela investigação cartográfica, pelo estudo da arte de construir e aparelhar as naus, da astronomia náutica, do saber geral do tempo e suas estruturas, principalmente a mentalidade, os estamentos sociais e a economia. Foi assim que homens como o Visconde de Santarém, Luciano Cordeiro, Henry Major, Ravenstein, Luciano Pereira da Silva, Joaquim Bensaúde, Fontoura da Costa, Duarte Leite (para só citar alguns mortos) puderam levantar as bases do imponente edifício em que continuam a pôr pedras firmes alguns notáveis continuadores.

Dessa actividade reexplorada e revisionista saiu uma corrente marcadamente céptica sobre a extensão da originalidade e predomínio do Infante D. Henrique como propulsor da expansão portuguesa. Nela alinham sobretudo alguns historiadores de tendência determinista, que põem os móveis económicos acima de todos os outros e que, a partir da crença inabalável numa dialéctica de classes, tendem a considerar puros panegíricos crónicas como as de Zurara, sem concederem que as hipérboles dos panegiristas não excluem necessariamente a sinceridade. Justamente inimigos de construções a priori, nem sempre todavia se isentam de sujeitar os factos às constelações racionalistas que a sua visão global prefere ver. É o caso, por exemplo, de certo esquematismo na interpretação das forças actuates na revolução de 1383,

concebida como pura obra de uma burguesia estreme contra uma aristocracia uniforme estruturada ao outro lado.

A sólida preparação de muitos desses historiadores e uma aplicação indefessa ao campo de trabalho deram resultados notáveis, corrigindo muitas vezes certo extremismo oposto. Basta lembrar o nome de Duarte Leite, homem de ciência eminente e crítico sagaz. Mas é evidente que a sua tal ou qual prevenção contra-henriquina, filha de uma dúvida positivista que de metódica afinal tendeu a sistemática, tinge de cepticismo o alcance de uma obra imponente nas suas grandes linhas e preciosa numa análise quase microscópica dos problemas.

A verdade é que o processo historiográfico dos Descobrimientos portugueses continua em aberto. O surto dos estudos monográficos promete-lhe nova vida. Focam-se de perto os objectos da actividade económica, as formas do «trauto», os agentes de um capitalismo nascente, as unidades e figuras políticas e empresárias concorrentes com Portugal, os meios africano e asiático com seus contra-testemunhos. Os estudos analíticos das fontes historiográficas e itinerárias progridem. Esboça-se a história das ideias e dos sentimentos coevos sobre as navegações, as terras e os povos contactados. Um acervo monumental das fontes de arquivo como o de Silva Marques, seguido do de Alberto Iria no que respeita ao Algarve e dos Monumenta Missionaria Africana do P.^o António Brásio, amplia o apoio à hermenêutica. E trabalhos de conjunto como os de Damião Peres e Jaime Cortesão — precioso aquele pelo conspecto acompanhado do escrupuloso discrimine das interpretações várias, magistral o segundo pelo espírito de síntese e larga integração na história universal — asseguram a visão de conjunto, dando referência e norte aos investigadores parcelares.

Destinado a evocar a figura do Infante D. Henrique no ano do quinto centenário do seu falecimento, este livrinho mantém-se nos naturais limites de simples narrativa. De biografia tem o indispensável para reerguer o herói na memória do comum dos portugueses nessa celebração. Enfeixando os acontecimentos de que o Infante é considerado centro e principal propulsor, não pretende ser completo, mas apenas complexivo, levando o relato aos feitos que integraram a acção henriquina e se protraem até cerca da morte de D. João II.

Dentro deste mínimo alcance não se lhe impunha aparato bibliográfico e erudito. Tiveram-se em vista, sim, as fontes primitivas, sobretudo as crónicas de Fernão Lopes, Zurara, Fr. João Álvares e Rui de Pina e os corpos de documentos coligidos principalmente por Pedro de Azevedo e Silva Marques. Mas não pareceram indispensáveis as abonações minuciosas num texto de vulgarização, nem a história das questões de detalhe com as várias posições dos seus intérpretes, que embaraçaria a leitura.

Depois de tantas «vidas» do Infante, como as de Major, de Oliveira Martins n'Os Filhos de D. João I, de Elaine Sanceau, de Costa Brochado, cada qual a seu nível de maturidade e de apuro (primaciais aquelas duas pela amplitude e o prestígio temporal, ainda que ultrapassadas pelas aquisições posteriores), só seria legítimo traçar novo retrato numa tarefa a fundo, que exige anos de estudo, ou num mero propósito de recapitulação e de memória. É este o caso destas modestas páginas.

Elas devem o melhor aos trabalhos mais selectos neste campo. Nas causas da expansão são tributárias da síntese magistral de Jaime Cortesão nos seus Descobrimentos Portugueses. Na situação de Marrocos à data da campanha, bem como nos pareceres contraditórios dos Infantes e grandes do reino perante a empresa de Tânger, utilizámos os Documentos sobre a Expansão Portuguesa seleccionados e anotados por Vitorino Magalhães Godinho, um dos especialistas do período mais amplamente preparados nas técnicas da historiografia, sobretudo quanto aos factos económicos, e íntimo com os campos gerais da causalidade histórica, embora enfileire entre os que atenuam o papel do Infante D. Henrique.

Para o retrato do Infante D. Pedro servimo-nos do belo Prefácio de Joseph Piel à sua tradução do Livro dos Offícios de Cícero, e do penetrante ainda que breve estudo de Manuel Heleno sobre a regência. A Colecção de Documentos com amplo ensaio crítico de Manuel Monteiro Velho Arruda guiou-nos no conspecto da cartografia incipiente sobre as ilhas atlânticas. Nem os capitais trabalhos de Bensaúde, Duarte Leite, Gago Coutinho, Fontoura da Costa, Armando Cortesão, Jordão de Freitas, José de Bragança, P.^o Domingos Maurício, Teixeira da Mota, Júlio Gonçalves, D.^a Virgínia Rau, P.^o Dias Dinis, Bandeira Ferreira, outros ainda, deixaram de ser consultados. Esta simples menção dispensará, com vénia do leitor,

tábua bibliográfica. Alguns reparos que o erudito dr. Fernandes Lopes fez a este texto foram devidamente atendidos.

Mas se autor houve a que constantemente recorrêssemos, e em quase tudo que respeita a Descobrimientos tão de perto seguíssemos, esse foi Damião Peres na sua História dos Descobrimientos Portugueses. Nunca será de mais acentuar tamanha dívida ao mestre e crítico modelar.

Obra assim ínfima e derivada, se mérito tiver é o de um relato correntio. Ao próprio autor são visíveis muitos encurtamentos, e até certos capítulos insuficientemente tocados. Será acaso sensível tal ou qual flutuação nos juízos pronunciados, um eclectismo prudente ou acarretado pela sintaxe, como que a pressa sincopada de quem tinha poucas páginas para cumprir a tarefa. Que os manes do Infante nos perdoem, se o leitor não puder...

Em trabalho ulterior de outra índole retomaremos com melhor tratamento uma parte desta matéria num quadro de história da cultura directamente investigado sobre os textos literários e as fontes documentais do século XV. Aí analisaremos a estamentação das classes, os ideais de vida, a estrutura mental da época e seus conteúdos — propósito aliás praticamente prejudicado pelo feliz aparecimento do excelente volume do Dr. A. H. de Oliveira Marques, A Sociedade Medieval Portuguesa, Lisboa, 1964. As formas da vida religiosa, a espiritualidade, a ética, a arte da guerra, a língua, a literatura do Século do Infante lá terão lugar nesse projectado livro. Esta obrinha não aspirou a ser mais que um tosco e pequeno padrão à entrada do quinto centenário do fim da vida do Infante.

V. N.



AVISO

**DEVIDO AO TAMANHO ORIGINAL DO DOCUMENTO.
NÃO FOI POSSÍVEL DISPONIBILIZAR O SEU CONTEÚDO
NA ÍNTEGRA. PARA TER ACESSO AO ARQUIVO DIGITAL
COMPLETO, POR FAVOR, ENTRAR EM CONTATO COM A
GERÊNCIA DE ACERVOS DIGITAIS NO
CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA.**

FONE: (92) 2125-5330

FAX: (92) 2125-5301

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



**CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA**